

AOS TRABALHADORES DA CASA PIA



lisboa.pcp.pt | junho de 2014

Com a aprovação da agora designada Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, o Governo dá um novo golpe nos direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que aprofunda a degradação dos serviços públicos.

Prosseguindo o caminho de reconfiguração do Estado e da Administração Pública, iniciado por governos anteriores, este **Governo** pretende colocá-los **inteiramente ao serviço do grande capital.**

Todo este processo, **iniciado no anterior governo do PS, com o PRACE**, (no qual se inclui a legislação laboral para a Administração Pública e a destruição de serviços públicos), assume agora novos e agravados desenvolvimentos pela mão do governo PSD/CDS, contando muitas vezes com a conivência do PS, e tem como principal objectivo a reconfiguração do Estado para melhor se moldar e servir os interesses do grande capital.



5, 6, 7 Setembro 2014 • Atalaia, Amora, Seixal

O PCP VOTOU CONTRA E PROPÔS

O PCP votou na generalidade contra a proposta de Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, na discussão na especialidade, apresentou cerca de trinta propostas, todas elas assentes na defesa dos serviços públicos e nos direitos dos trabalhadores, das quais destacamos:

A REPOSIÇÃO

- **Do vínculo público de nomeação para os trabalhadores da Administração Pública** instituindo-o como regra para a constituição de relações de emprego público e relação jurídica de emprego;
- **Das 35 horas de trabalho por semana** (7 horas por dia) sem prejuízo da existência de regimes de duração inferior;
- **Do valor hora do trabalho suplementar e do trabalho suplementar** prestado em dia de descanso semanal e em dia feriado.

A ANULAÇÃO

- **Do banco de horas**
- **Da regra geral do posicionamento remuneratório** em função da avaliação de desempenho.
- **Do dito regime da «requalificação/mobilidade especial»**

A SUBSTITUIÇÃO

- **Dos mapas de pessoal pelo quadro de pessoal**

A INTRODUÇÃO DA OBRIGATORIEDADE

- **Do contrato a termo não poder exceder 3 anos** incluindo renovações, sendo que após a segunda renovação automática se presume a necessidade de abertura de concurso para preenchimento do quadro de pessoal, dando preferência ao trabalhador que desempenhava aquelas funções anteriormente e cujo contrato foi objecto de duas renovações.

EM DEFESA DOS DIREITOS SÓCIO-PROFISSIONAIS DOS PROFESSORES/EDUCADORES E DA ESCOLA PÚBLICA

O PCP tem vindo a apresentar Projectos de Lei, Projectos de Resolução, Declarações Políticas e Requerimentos, em defesa da Escola Pública exigindo a presença do Ministro da Educação na Assembleia da República:

- pela normal abertura do ano lectivo;
- pelo fim dos mega-agrupamentos e encerramento de escolas;
- pela redução do número de alunos por turma;
- contra a prova de ingresso;
- pelo reforço dos meios humanos nas escolas e garantia do vínculo laboral (docentes, assistentes operacionais, psicólogos, assistentes técnicos).

CPL

O Grupo Parlamentar do PCP, na sequência de uma visita ao CED Jacob Rodrigues Pereira, apresentou um requerimento ao governo com vista ao reforço orçamental da Casa Pia na contratação de mais técnicos (terapeutas da fala e intérpretes de LGP). Alertou para a necessidade do fim da precarização do trabalho docente, incluindo os docentes das áreas técnicas com falsos recibos verdes, como condição da qualidade do ensino e formação de crianças e jovens.

ELEIÇÕES EUROPEIAS 2014

UM ASSINALÁVEL AVANÇO ELEITORAL DA CDU

As eleições para o Parlamento Europeu de 25 de Maio confirmaram no plano eleitoral um importante resultado da CDU e o isolamento político e social do Governo PSD/CDS-PP de Passos Coelho e Paulo Portas para a qual a luta dos trabalhadores e do povo português e a intervenção coerente e decisiva do PCP e dos seus aliados na CDU deram a mais relevante contribuição.

O resultado da CDU que é, antes de mais, a vitória da confiança e da esperança sobre a desistência e o fatalismo, uma vitória da verdade sobre a mentira, uma clara afirmação da vontade popular e da sua força para tomar nas mãos a construção de um futuro melhor e mais digno.

É necessário uma nova política e um novo governo

UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

assente em seis opções fundamentais:

*** A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA**

nos seus montantes, juros e prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;

*** PRODUÇÃO NACIONAL**

A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e outras empresas e sectores estratégicos;

*** VALORIZAÇÃO DOS SALÁRIOS E PENSÕES**

A valorização efectiva dos salários e pensões, e explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;

*** OUTRA POLÍTICA FISCAL**

Uma política orçamental de combate ao despesismo e à despesa sumptuária, uma política fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e alívio dos que menos têm.

*** DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;

*** SOBERANIA NACIONAL**

A assumpção de uma política soberana e a formação do primado dos interesses nacionais.

ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS, NA NOSSA VONTADE, NA NOSSA LUTA, DAR A VOLTA A ISTO.

Vale a pena resistir, protestar e lutar. A luta dos trabalhadores acabará por impor uma nova política, onde os valores de Abril se projectem no futuro de Portugal.